

DESLUMBRANDO NO CONTEXTO ATUAL UMA (NOVA) CIDADANIA PELA EDUCAÇÃO ATIVA, INTERCULTURAL E VALORES CÍVICOS

Ernesto Candeias Martins¹

¹Instituto Politécnico de Castelo Branco (PORTUGAL), ernesto@ipcb.pt

Resumo

Assistimos a tempos complexos e de mudanças, com acontecimentos que afetam as virtudes e valores cívicos e sociais, apesar dos contributos das teorias éticas e políticas (comunitarismo, republicanismo), alternativas ao neoliberalismo dominante. O conceito de 'crise (s)' passou a ser habitual, numa variedade e contingência de acontecimentos, cada vez mais definidores do contexto social (económico, educativo, cultural, político). As alterações nas sociedades democráticas, nas condições dos cidadãos, a mobilidade, a multiculturalidade, a segurança cidadã, a intervenção de movimentos sociais, o poder do consumo, a globalização na sociedade digital, etc., tudo fez mudar hábitos, estruturas, formas de vida, que estão a evidenciar uma nova cartografia de tipologias de organização social. A educação cívica incide na educação dos indivíduos, numa sociedade que transformou a conceção moderna de cidadania, devido aos influxos da sociedade do conhecimento, num rumo unilateral de economicismo e consumismo, onde as problemáticas cívicas e cidadãs se agudizam, exigindo novas formulações e soluções. O 'deslumbrar' no título refere-se à aposta pela cidadania ativa, complexa e intercultural, ancorada nos valores cívicos, sociais/morais. Teremos como referência teórica algumas perspetivas de autores (Klein, Raussell & Raussel, Ph. Pettit, Colom, A. Cortina, Toffler), que assentam em objetivos articulados com a diversidade cultural, as propostas educativas e os valores na formação do cidadão. O estudo assenta em quatro pontos: A teoria crítica da sociedade e os argumentos sociocríticos da educação cívica; A educação cívica e formação da civildade; Uma pedagogia para a sociedade civil; A educação para a cidadania ativa, complexa e intercultural pelas virtudes cívicas.

Palavras-chave: educação cívica; cidadania; pedagogia cívica; virtudes; teoria crítica.

Abstract

We have seen changes and complex times, with events that affect the virtues and civic and social values, despite the contributions of ethical theories and policies (communitarianism, republicanism), alternatives to neoliberalism. The concept of 'crisis (s)' became usual in a variety and contingency events, increasingly defining the social context (economic, educational, cultural, political). Changes in democratic societies, citizens' conditions, mobility, multiculturalism, citizen security, the intervention of social movements, the power consumption, globalization in the digital society, etc., everything did change habits, structures, ways of life, which are to show a new mapping of types of social organization. Civic education focuses on education of individuals in a society that has transformed the modern conception of citizenship, due to inflows of the knowledge society, in a unilateral direction of economist and consumerism, where the civic issues and citizens if constraints, requiring new formulations and solutions. The 'dazzle' in the title refers to the commitment to active citizenship, intercultural, anchored in complex civil, social/moral values. We reference some theoretical perspectives of authors (Klein, Raussell & Raussel, Ph. Pettit, Colom, a. curtain, Toffler), which are based on objectives linked to cultural diversity, educational proposals and the values in the formation of the citizen. The study is based on four points: critical theory of society and the sociocritical arguments of civic education; Civic education and training of civility; the pedagogy for civil society; Education for active citizenship, intercultural and civic virtues by complex.

Keywords: civic education; citizenship; civic pedagogy; virtues; critical theory.

QUESTÕES PRÉVIAS DE CONTEXTUALIZAÇÃO

A Humanidade vive tempos complexos em todas as suas dimensões, com rápidas mudanças ao nível das formas de ser e na escala de valores. O conceito de 'crise (s)' passou a ser habitual, numa variedade e contingência de acontecimentos, cada vez mais definidores dos novos contextos (político, social, económico, educativo, cultural). Até parece que a designação de 'crise' ficou ultrapassada devido à variedade e contingência desses cenários. As próprias alterações nas condições de vida das pessoas, modificaram hábitos, formas de ser e de vida distintas, novas formas de comunicação e relação humana, novos vínculos de contratação laboral, novas tipologias de organização social, etc. As estruturas da família, a escola, os educadores e a sociedade vêem-se impotentes, perante estas novas realidades e contingências, incluindo o impacto das novas tecnologias na sociedade digital (Colom, 2002).

Essas transformações nas sociedades democráticas, fruto em parte das alterações do neocapitalismo e do mercado de trabalho nas condições dos cidadãos (Teodoro, 2010) fizeram mudar hábitos, estruturas, linguagens, formas de vida relacional e comunicacional, surgimento de profissões e contratos temporários de trabalho, novas formações especializadas e/ou em banda larga, etc. Tudo isto evidencia uma nova cartografia com novas tipologias de organização social. A própria escola deixou de ser o lugar de monopólio de aprendizagens (mais formais) abrindo-se a outros espaços de aprendizagens dos educandos mais aliciantes e a ritmos distintos.

Ao utilizarmos no título '**deslumbrar**' quisemos clarificar, neste contexto das sociedades democráticas, aquilo que parece estar a ofuscar-se: a educação cívica, com um novo papel de transformação da conceção clássica (e republicana) de cidadania. De facto, a sociedade global e do conhecimento, da comunicação e das relações sociais, com os seus cenários globais economicistas e consumistas, agudizam as problemáticas cívicas e ético-morais. Este novo matiz exige reformulações, quer ao nível dos refugiados e da imigração, quer da multiculturalidade e dos processos de inclusão, quer das respostas sociais aos problemas dos coletivos mais desprotegidos ou fragilizados (pobreza, precariedade), quer na empregabilidade nos jovens ou manutenção do emprego, etc., ou seja procurar condições essenciais a um bem-estar humano.

Haverá que desenvolver propostas de formação que impliquem uma democracia que contemple novas formas de cidadanias, ou seja, uma sociedade democrática mais educadora e formadora do 'cidadão', de modo a ter capacidades para fazer valer pelo diálogo e compreensão os seus direitos e uma participação ativa em todas as esferas da vida pública, isto é, formar o ser humano a partir de uma ética cidadã que gere novas relações e soluções aos conflitos e desníveis sociais e culturais. Só pela educação podemos avançar civicamente para a construção de uma sociedade democrática autêntica e para uma cidadania participativa (político-social), tolerante e inclusiva.

Trataremos o tema da educação cívica e/ou educação para a cidadania apresentando dois propósitos: uma 'razão de ser' e uma ancoragem. A razão de ser está em função do duplo objetivo pretendido: fundamentar a educação cívica dotando-a de bases concetuais, que proporcionam o seu desenvolvimento no espaço epistemológico; propor novas perspetivas educativas para esta dimensão da educação. Ambos objetivos partem da civilidade – educação cívica no contexto sociopolítico e da moralidade do cidadão. A única moral possível transmitida pela educação cívica ou da cidadania é uma moralidade de ação que deve ser ensinada ao (futuro) cidadão, para que seja mais ativo e participativo. Ou seja, criar uma espécie de '*paideia*' na nova sociedade atual. A ancoragem deste discurso filosófico-pedagógico, axiológico e ético, articula a 'educação cívica' como contributo social da educação, proporcionando uma cidadania ativa, múltipla/complexa e intercultural, assente em valores sociais/morais.

Nesta análise hermenêutica teremos como marco teórico referencial os estudos e perspetivas de vários autores (Colom Cañellas, 2002 e 2003; Cortina, 1999 e 2003; Klein, 2002; Kymlicka, 2002; Pettit, 1999; Raussell & Raussel, 2002; Toffler & Toffler, 2000; etc.), preocupados por uma nova cidadania na diversidade cultural, um papel da escola com propostas educativas efetivas aos problemas dos jovens e à importância dos valores cívicos na formação do (futuro) cidadão. O objeto dessa âncora discursiva deslumbra o nosso objeto de estudo: a educação cívica/educação para a cidadania, como espaço formativo oscilante entre o 'eu' (ética da alteridade individual) ou o 'outro'/'nós' (ética da alteridade social) e as instituições educativas, que têm um papel relevante.

Essa âncora argumentativa, que estabelece uma conexão da educação cívica com os fenómenos sociais: Deve fundamentar-se exclusivamente no social?

Creemos que essa fundamentação é social (vertente da educação social) e dentro do campo da educação para os valores morais e, daí o contato com a filosofia da educação: Deve essa educação cívica ter como único abrigo a vertente filosófica?

É evidente que esse '*locus*' da educação não é só a sociedade, mas também a perspectiva moral (valores democráticos, na perspectiva de L. Köhlberg e J. Piaget) e, por isso, a educação cívica integra-se nessa ancoragem na educação social e na educação moral, constituintes fundamentais na formação do cidadão.

Pensamos que o 'social' constitui o cenário e o 'moral' o cubículo dos valores da democracia e dos direitos humanos, integrando o conteúdo e a estrutura vertebrada da educação cívica. Contudo, duvidamos que ambas categorias sejam as variáveis exclusivas do campo material do saber. É óbvio que a educação cívica incide na educação dos indivíduos, desde o início do seu percurso educativo, capacitando-o para uma sociedade em transformação, onde as problemáticas sociais e humanas exigem novas formulações e soluções a essas novas necessidades cívicas, de socialidade e multiculturalidade. Daí que a educação cívica seja uma educação para a civilidade, que converte os sujeitos em cidadãos, para serem e estarem na sociedade democrática. A educação para a cidadania terá como objetivo a criação de uma '*paideia*' nesta sociedade contemporânea, pois pretende capacitar o cidadão, através da educação para a participação ativa. Cabe ao Estado ser 'educador' para constituir-se num estado democrático de justiça social, em que no dizer de J. M. Toriñán (2003: 27-29) todos cabem na sociedade civil e possam participar e responsabilizar-se nos assuntos sociais, na pluralidade das organizações.

A estrutura da nossa argumentação assenta em quatro pontos, que faz deslumbrar uma nova educação cívica na sociedade atual: A teoria crítica da sociedade e os argumentos sociocríticos da educação cívica; A educação cívica: uma formação de civilidade; Uma pedagogia para a sociedade civil; A educação para a cidadania ativa, complexa e intercultural na base das virtudes cívicas.

1-TEORIA CRÍTICA DA SOCIEDADE E OS ARGUMENTOS SOCIOCRTICOS DA EDUCAÇÃO CÍVICA

Historicamente o modelo liberal na área da educação proporcionou uma pedagogia dos direitos humanos, uma educação para a paz e a (re) tradução do modelo comunitarista na educação. Posteriormente, o paradigma crítico considerou que os pressupostos da educação cívica se aplicavam na prática, a partir de posições reflexivas (reflexão-ação).

A teoria crítica da sociedade e os enfoques sociocríticos na educação predicou a democracia do pensamento único neoliberal e da globalização económica. Esses novos enfoques críticos aparecem na Escola de Frankfurt (T. W. Adorno, M. Horkheimer, E. Fromm, H. Marcuse, etc.), que no contexto da época desenvolveu uma reflexão global sobre os processos que consolidavam a sociedade (neo) capitalista. O discurso daquela escola filosófica assentava no questionamento do valor da tecnologia no progresso da sociedade e dos homens (análise do valor da razão técnico-instrumental como procedimento ao serviço do poder e grupos sociais). Esse modelo da sociedade tecnológica regia-se pelo princípio da eficácia, insistindo no valor dos meios técnicos e nos princípios básicos da democracia, igualdade e comunicação intersubjetiva. Denunciava-se, assim, as desigualdades produzidas na sociedade de consumo, o autoritarismo do modelo de produção existente. Analiticamente pretendeu-se mudar a ordem estabelecida (individual, social) retornando aos valores ilustrados da tradição kantiana e hegeliana, gerando como referentes a razão, a justiça e a igualdade. A 'Teoria da Ação Comunicativa' de J. Habermas explicou todos estes argumentos na base da estrutura dialógica da linguagem como fundamento do conhecimento e da ação (Colom & Verdura, 2007) e, daí a divulgação do termo ação comunicativa onde a racionalidade implica a capacidade de entendimento entre os sujeitos capazes de linguagem e ação (atos de fala, na terminologia de J. Austin e J. Searle) produzem transformações. As mudanças sociais realizam-se a partir do ato comunicativo e capacidade discursiva do sujeito, que mudam os significados em função do ato comunicativo e pela autorreflexão.

Deste modo, o espaço dialógico faz que os sujeitos expressem as suas próprias convicções/crenças sobre um tema concreto, numa circunstância determinada. Ora a validade dos argumentos no ato comunicacional leva a que os participantes nos seus atos de fala conheçam a sua intencionalidade. Este enfoque comunicativo mantém um ponto de vista comunitário, já que os atos de fala (comunicação) dá-se na comunidade já que são atos de interação social e de grupo. Assim,

este enfoque contribuiu para a fundamentação teórica de elaboração das novas teorias críticas da educação e para a revisão das teorias existentes sobre a educação.

Na verdade aquelas novas teorias entenderam a aprendizagem como um processo interativo de ajuda à reflexão de ideias e (pre) juízos dos participantes no discurso educacional, possibilitando modificações no referido processo, devido à autorreflexão e ao diálogo. Nesta perspectiva a educação cria condições democráticas para que o diálogo intersubjetivo se materialize, ou seja, os sujeitos têm liberdade de se expressar, de participar com as suas opiniões, de argumentar, de refletir e construir os seus significados (decisões consensuais). Na escola o aluno deve iniciar-se na elaboração dos seus próprios significados pela reconstrução progressiva e ativa do conhecimento, através de diferentes processos de interação com o seu meio social e cultural e as pessoas que o integram (sentido comunitarista da teoria sociocritica). A aprendizagem comunicativa baseava-se assim na própria comunidade comunicativa de aprendizagem. A evolução desses contributos críticos, no questionamento das práticas educativas, fizeram surgir, entre outras, a investigação-ação (S. Kemmis e W. Carr), a educação libertadora (P. Freire), o intelectual transformador (H. Giroux), a resistência e currículo oculto (M. Apple), os princípios de classificação/ordenação de B. Bernstein, etc.

É óbvio que educamos para a participação, para a convivência democrática e a democracia, como forma política, deve ser uma forma de vida para entender a democracia como moral (justiça social para todos). Por conseguinte a pedagogia crítica converte num hábito reflexivo a própria formação (cívica e moral), já que a partir do diálogo, do 'encontro' com os outros, com a resolução de problemas comuns e conflitos se identifica melhor o valor das nossas próprias ações. É que o educar converte-se num processo de constituição pessoal e comunitária, que ultrapassa a ação das instituições educativas. Reflexão, diálogo, crítica servem para melhorar a dimensão pessoal e social e favorecer a conceção da democracia. Ou seja, o fim último é conseguir uma democracia participativa.

2-A APRENDIZAGEM PARA O CIVISMO COMO (NOVA) CULTURA CÍVICA

Estamos numa democracia silenciosa e cada vez mais individualizante, com características, por vezes, opostas aos valores democráticos (Santos, 2007). Até agora a democracia gerou-se com um consenso sobre os valores humanos, interrogando-se sobre quais são os valores mínimos (Cortina, 2000). Na verdade os valores valem o que os seres humanos lhes outorgam (decisões valorizadas em situação). Uma vida humana carente de valores ético-morais é uma vida que, dificilmente, pode ser classificada de humana. Nas últimas décadas assistimos à influência das novas tecnologias que produzem mudanças rápidas, incluindo nas relações em rede. Fenómenos como a globalização, a mudança e o dinamismo fizeram aparecer situações problemáticas, em termos éticos na sociedade, que põem em causa os programas cívicos da educação. O surgimento das bolsas de pobreza nas zonas urbanas, a precariedade, as diversas tipologias de violência e transgressões, a exclusão social, as situações em risco, o desemprego, o choque de culturas e religiões, as novas doenças e epidemias, as desigualdades de género, xenofobia, os desequilíbrios sociais e económicos, vandalismo ambiental, etc., são exemplos do fracasso da falta de civildade e de educação para o civismo, mas também do fracasso da moralidade do Estado, que é o mais interessado em educar civilmente os seus cidadãos, já que a educação constitui o processo fundamental de moralização (Baubock, 2005: 764).

Ora bem, é neste contexto e atendendo ao vasto campo das Ciências da Educação onde deslumbramos a necessidade da educação cívica para com as novas condições sociais. É nessa atualização epistemológica, na procura de respostas coerentes a situações novas, que a educação cívica ou para a cidadania possa orientar perspectivas de transformação na sociedade democrática. Devemos ter consciência que a educação cívica garante à cidadania melhorar as situações sociais negativas, através do diálogo com os cidadãos. É certo é que assistimos a uma certa passividade nesse diálogo sobre essas situações que afetam as gerações jovens: mudanças nas formas de socialização, com impacto nos modelos e estruturas diferentes de família; desumanização nas zonas (sub) urbanas das cidades e no acesso ao emprego; transformação dos partidos políticos em máquinas eleitorais com o objetivo do voto; profundas transformações no mercado de trabalho e nos contratos laborais; contexto cultural dominado por ideologias que acentuam a responsabilidade das pessoas na sua própria posição social; etc. São estes e outros cenários sociais que se orientam à complexidade (tensão dialética ente mudança versus complexidade), mas que afetam a estrutura teórica da educação cívica, assim como a sua identidade e fundamentação concetual.

A educação cívica forma parte do processo educativo da pessoa ao longo da vida e, por conseguinte, deve ser uma das estratégias básicas da educação contínua/permanente. Neste desafio, a filosofia da educação, contribui em formar membros para a sociedade democrática, para serem conscientes e ativos da comunidade, sendo chamados a (re) construir-se permanentemente. Deste modo, a educação cívica não será possível sem a educação moral, mas nem todas as exigências cívicas são realmente morais, nem todo o mundo moral acaba na dimensão cívica do homem.

Consideramos que as instituições educativas devem trabalhar nesta vertente da educação cívica para que os alunos entendam a comunidade como deles (consciência de pertença), desenvolver uma capacidade de diálogo, respeito e tolerância (habilidades comunicativas, assertividade, fazer valer os direitos humanos e sensibilidade pelo bem comum) e sejam cidadãos críticos. É que a complexidade, a mudança e a contingência são desafios onde incide a educação cívica. A presença da globalização vai adquirindo uma verdadeira categoria cultural sendo pertinente mudar estratégias, pressupostos e atitudes. É nessas transformações onde incide a cidadania (global) no cumprimento das obrigações, da responsabilidade individual e coresponsabilidade social. Ou seja, perante as novas realidades deve surgir uma nova sociedade civil: novos modelos de civilidade.

A educação cívica ou qualquer outra designação que utilizemos exige uma formação para o desenvolvimento da personalidade social e cívica, a partir do espaço escolar. A possibilidade de construir uma Pedagogia Cívica, com teorizações e práticas sugestivas para a ação, permitirá aprofundar na modernização social e na democratização política a articulação de meios para criar capacidades cívicas e um compromisso para a participação e pertença comunitária. Aprender para a vida comunitária, para a democracia e para a cidadania é o chapéu integrador dos objetivos dessa pedagogia cívica no momento atual.

3-O PROBLEMA DE UMA NOVA PEDAGOGIA DA SOCIEDADE CIVIL

Assistimos, desde finais do século passado, a uma preocupação educativa para a cidadania, com diversos programas e ações, com notáveis diferenças de intenção e contexto nas finalidades da aprendizagem cívica, dando ênfase, por exemplo: à conceção e prática desse ensino nas instituições e vida sociopolítica; à procura de uma convivência, harmonia ou paz social; à capacidade de raciocínio e juízo moral nos cidadãos; ao tipo de formação mais adequado a algumas sociedades para o reforço da democracia; aos objetivos de formação para os direitos humanos; à capacidade individual para a liberdade, ao desenvolvimento e exercício dos direitos humanos; à vida escolar como projeto plural do exercício da formação cívica; à educação cívica integrada transversalmente no currículo; etc. Há, pois uma preocupação política europeia para a educação cívica, havendo alguns países com experiências educativas (países nórdicos, França, Inglaterra, etc.) na capacitação do civismo nos seus cidadãos. Em Portugal, no Pós 25 de Abril e com a Lei de Bases do Sistema Educativo – LBSE (1986), iniciamos um movimento democratizador e cívico, bem patente no poder das escolas com modos de participação e gestão, na criação de organizações, projetos e programas. Todas essas orientações ao longo do século passado na Europa procuraram três finalidades: a educação para os direitos humanos e para a cidadania, através da aquisição de princípios e valores que fundamentam a democracia; a educação para o sentido da (co) responsabilidade (individual, coletiva); a educação do desenvolvimento do espírito crítico e da prática da argumentação. A educação pessoal e social considerava como grande objetivo a promoção do desenvolvimento de cidadãos responsáveis, livres, autónomos e capazes de se comprometerem com o progresso social. Ou seja, pretendeu-se com a inclusão de programas ou disciplinas curriculares ou extracurriculares dotar os futuros cidadãos com espírito plural, com respeito pelos outros e abertos ao diálogo – cidadãos com identidade nacional. Ora a escola promoveu experiências e atitudes/hábitos práticos de cooperação, naquilo que foi alguma polémica na altura, na área do desenvolvimento pessoal e social. Através do currículo e/ou programas transversais no espaço escolar formava-se para a cidadania.

Hoje estamos num novo cenário de questões socioeducativas no espaço europeu oriundas da mobilidade dos cidadãos (laboral, comercial, educativo), da imigração, das famílias de refugiados com os seus filhos no processo de integração, que transformam a sociedade de acolhimento, etc. A integração de pessoas, com modelos culturais, linguísticos e multiétnicos diferentes, desenvolve um compromisso com os valores da sociedade civil, com novas propostas cívicas, de um possibilismo multicultural, tais como: a participação, a tolerância, a capacidade crítica, o respeito, a solidariedade, a capacidade de ação, etc. A nova interculturalidade (social, escolar) não é apenas uma aprendizagem de respeito às novas culturas e um conhecimento de hábitos e costumes. Os filhos de

imigrantes, que integram as aulas portuguesas, devem constituir um enriquecimento social e educativo, disponibilizando a escola diversas opções culturais (direito à diversidade) e formativas (currículo flexível), na construção de um novo personalismo (sujeito como pessoa e/ou como sujeito ativo social), relacionando-se com o ideal da sociedade democrática, em que conflui a diversidade.

Pensamos que a pluralidade cultural da sociedade atual não se soluciona na base de programas escolares e atividades pedagógicas interculturais. É evidente que ajudam à compreensão das novas gerações para as diferenças e que projetam questões como a solidariedade, o entendimento e o respeito para com os outros. Claro que o problema da imigração, dos refugiados, da multiculturalidade, dos excluídos, são problemas sociais e não escolares e, por isso as soluções também são mais de política social que educativa. A educação pode contribuir ao nível da reflexão dos processos educativos e sociais, já que é no seio da sociedade onde se cria esses problemas e que direta ou indiretamente a afeta nas relações sociais. Há, pois uma nova realidade social proveniente desses fenômenos que implicam a cidadania (Ruíz Román, 2003: 15-27). Cabe à escola ensinar aos futuros cidadãos a compreensão, a tolerância, a solidariedade e o respeito para viverem nesses espaços públicos de convivência. Haverá que gerar um novo cenário de identidades plurais, de modo a construir uma sociedade culturalmente complexa e disseminada, onde todos possam viver e 'estar' com todos, manifestando virtudes cívicas adequadas.

Para sermos congruentes com a nossa argumentação, a pedagogia da sociedade civil seria uma síntese das ações do 'Estado educador' que possibilita uma sociedade educadora e de aprendizagens. Para isso necessita-se de um novo sentido de participação sociopolítica, de intervenção e uma cidadania, que incuta responsabilidades mútuas em função do bem comum, das prioridades de reorganização social e de foros cívicos. Ou seja, uma implicação de políticas locais, regionais para se conseguir uma civilidade sociopolítica que se expresse no sentido da municipalização das políticas estatais num contato mais próximo aos cidadãos pela equidade, justiça e liberdade. A participação e o ativismo cívico está no quotidiano da comunidade. É neste sentido que a educação, articulada com o papel da escola e dos educadores, se inicia na própria comunidade, nas próprias relações e formas de comunicação e diálogo, impregnando o tecido social. O fundamento dessa participação cívica, como elemento dinamizador da formação educativa, constrói-se desde a comunidade ou sociedade democrática, que é uma comunidade/sociedade educada, consciente das suas possibilidades e responsabilidades. Sabemos que devemos apresentar soluções aos problemas reais existentes, através de uma educação igualitária, que seja comum a todos (inclusão), em que as instituições educativas insistem na sua função educativa: na vertente ético-moral (ética mínima' (Cortina, 2000); na transversalidade do currículo escolar que contemple, pelo diálogo e/ou consenso, todas as relações sociais, na base da justiça, equidade e igualdade; na diversidade (cultural) de modo a abranger as necessidades especiais dos indivíduos, as culturas e o desenvolvimento e igualdade entre géneros (Tourriñán, 2003: 127-134).

A escola e a sociedade proporcionam o 'encontro' de 'cidadão em projeto' (de vida e profissional). Ou seja, orientar os jovens para uma aprendizagem cívica e/ou para a cidadania, impregnando de valores e virtudes cívicas as ações e o clima educativo escolar, incluindo os aspetos de inclusão e normalização imigratória e cultural.

Neste sentido, a possibilidade escolar para uma multiculturalidade baseia-se:

*-Numa dinâmica de representações que analise a 'imagenologia e semiótica intercultural', ou seja, a representação das identidades culturais, a racionalização das diferenças e a análise dos problemas comuns.

*-Os mecanismos de categorização causadores das diferenças/semelhanças e que dependem do grau de descontextualização ou de desconhecimento com as identidades culturais, em que a pedagogia multicultural será ideal para o 'encontro' e contato entre as culturas e as pessoas (Benedicto & Morán, 2003).

*-Processos de diferenciação categorial proveniente do contraste, que aumenta a assimilação ou a consciência de pertença ao grupo e que, conseqüentemente, reforça as semelhanças e a indiferença com os outros. Daí que os processos convencionais são ideais para esse conhecimento e flexibilidade grupal (Colom, 2002; Peña, 2000).

*-A pedagogia multicultural assenta numa adequada formação da personalidade, desde o início da escolaridade obrigatória, de modo a conhecer o aluno as diferenças, o intercâmbio, a convivência e o contato pessoal (Kymlicka, 2002).

4-A EDUCAÇÃO PARA A CIDADANIA ATIVA, COMPLEXA E INTERCULTURAL NA BASE DAS VIRTUDES CÍVICAS

Urge conseguir uma democracia com um novo cenário social, que não sejam só direitos partilhados por todos os cidadãos (educação, saúde/segurança social, emprego, habitação, etc.), mas que promova um outro enfoque de convivência, onde o respeito e a solidariedade se ancorem na tolerância, solidariedade e contato com culturas plurais. Nesse sentido necessitamos uma educação orientada para a construção de uma identidade plural (coletiva, complexa) e cidadania intercultural (Bartolomé, 2004: 63-65; Camps, 2005: 45-61). A compreensão, a tolerância, o respeito e a solidariedade não podem ser incompatíveis com a neutralidade cultural e adaptação dos sujeitos. O emergir de um novo cenário de identidades plurais numa sociedade civil exige atitudes/virtudes cívicas (Rubio, Rosales & Toscano, 2003).

Uma das questões que une a conceção antropológica do ser humano como a necessidade de cidadania é o albergar sentimentos de pertença à comunidade e ter uma consciência de vínculo social. É óbvio que criamos a nossa identidade e formamo-nos como pessoa na relação com os outros. Esses laços relacionais, na imersão social, modificam-se com o tempo, para além de influir no que somos e no que podemos ser, mas constitui o processo de individualização da cultura ocidental, baseado na cooperação e solidariedade a caminho do bem-estar. Essa insistência na autonomia, como meta desejada para o ser humano, fez 'desluzir' a compreensão de que o ideal é ser o mais independente possível, o não necessitar dos outros e não sentir-se afetado com o que passa à sua volta. No âmbito educativo devemos preocupar-nos que o indivíduo em formação perceba a necessidade de viver em sociedade, numa cultura de valores, de comportamentos, de pensamentos e conhecimentos que crie um sentimento de pertença. Paralelamente, com essa mentalidade aberta deve aprender do diferente, uma tolerância ativa, que incluía habilidades e virtudes cívicas. Ou seja, esse futuro cidadão desenvolverá modalidades de participação ativa na escola ('role-playing, estudo de casos, turbilhão de ideias, técnica de phillips 66, etc.).

Em síntese propomos uma educação cívica e social que renove uma nova civilidade, assente:

- *-Numa educação para a democracia e/ou para a cidadania que, no dizer de Ph. Pettit (1999: 35-50) seja uma '*liberdade sem dominação, participativa, crítica e ativa*'.
- *-Numa educação assente nos valores morais geradores de virtudes cívicas, de solidariedade, tolerância, sentido de responsabilidade e compromisso constante nas ações educativas (Kymlicka, 2002).
- *-Uma educação para a moral da civilidade (europeia, mundial), que constitui onexo de união social entre os seus componentes.
- *-Uma educação que dê ênfase à coresponsabilidade, sabendo que a convivência ('viver com') é um dos valores essenciais para a concretização do projeto de vida.
- *-Uma educação baseada na ação e na prática das virtudes cívicas ou para a cidadania e dos valores ético-morais (Carracedo, 2007: 67-81).
- *-Uma educação que garanta o 'encontro' entre as pessoas e as culturas, na base da palavra/diálogo e do entendimento/compreensão (Benedicto & Morán, 2003: 75-86).
- *-Uma educação integradora de dimensões formativas como a educação para o ambiente, o consumo, o património cultural e artístico, educação para a paz e solidariedade, educação para o desenvolvimento, sustentabilidade e empreendedorismo, uma educação social, uma educação para a saúde, etc. (Colom, 2002: 34-67)
- *-Uma educação ancorada numa pedagogia da participação, da convivência comunicacional e relacional (Teodoro, 2003).

Na verdade, a educação cívica é a identidade, a pertença, o compromisso com os seus referentes mais significativos, numa construção individual e social, para a participação ativa na sociedade civil. Assim, enfatizamos o compromisso social da educação com a democracia: preparar (futuros) cidadãos para ação social inteligente, conformar as suas personalidades e caráter democrático. Ou seja, proporcionar uma educação para a cidadania na base dos valores e na procura de fundamento para esses valores. É à escola que lhe cabe mais esse papel de educar civicamente, de capacitar os alunos para o 'civismo', criando-lhes convicções na sua autonomia e autodeterminação pessoal, naquilo que J. Dewey designava por '*eficácia cívica*'. A aprendizagem cívica deve estar disponível para os nossos usos diários. A sociedade ou comunidade local deve gerar uma nova teoria

(educativa, social, política, cultural), dando prioridade à praxis da vida quotidiana da cidadania, à aplicação das virtudes cívicas e dos valores morais e às capacidades de participação em responsabilidade. Só assim podemos construir um país e uma Europa em que todos possam conviver em harmonia (Bartolomé, 2004: 70-76). Precisamos de educar para sermos cidadãos responsáveis e participativos na nossa sociedade livre e democrática. Caberá à escola com os seus programas/projetos e aos professores com capacidades de interpretação de realidades e contextos desenvolver atitudes e virtudes cívicas, educar para a (cultura) política (Santos, 2006) e para a democracia, criando espaços pedagógicos participativos e aquisição de capacidades para os alunos aprenderem de experiências enriquecedoras.

Pretendemos com a nossa reflexão contribuir para a promoção da aprendizagem cívica na criação de hábitos e virtudes cívicas (Camps, 2005), numa profunda conceção e sensibilidade que nos merece a convivência e as relações na sociedade civil (Starkie, 2006). Tudo o que ficou exposto 'deslumbra' uma pedagogia cívica ao serviço da cultura e das virtudes cívicas, do civismo e da cultura política, desenvolvendo competências para o exercício da cidadania. Cabe à escola formar para essa finalidade (Bolívar, 2007).

BIBLIOGRAFIA

- Bartolomé, M. (2004). 'Identidad y ciudadanía'. *Bordón*, 56 (1), 65-80
- Benedicto, J. & Morán, M.^a L. (2003). *Aprendiendo a ser ciudadanos*. Madrid: Instituto de la Juventud.
- Bolívar, A. (2007). Escuela y formación para la ciudadanía. *Bordón*, Vol. 59 (2-3), 353-373
- Borja, J.; Dourthe, G. & Peugeot, V. (2001). *La Ciudadanía Europea*. Barcelona: Península.
- Camps, V. (2003). *Virtudes públicas*. Madrid: Espasa.Calpe
- Carracedo, J. Rubio (2007). *Teoría crítica de la ciudadanía democrática*. Madrid: Trotta
- Cerezo, P. (ed.) (2005). *Democracia y virtudes cívicas*. Madrid: Biblioteca Nueva
- Colom, A.J. (2002). *Desarrollo sostenible y educación para el desarrollo*. Barcelona: Octaedro
- Colom, A.J. & Verdura, Juan C. Rincón (2007). *Educación, República y Nueva Ciudadanía*. Valencia: Tirant lo Blanch
- Cortina, A. (1997). *Ciudadanos del mundo. Hacia una teoría de la ciudadanía*. Madrid: Alianza
- Cortina, A. (2000). *Ética mínima. Introducción a la filosofía práctica*. Madrid: Tecnos
- Dale, R. (2008). Construir a Europa através de um Espaço Europeu de Educação. *Revista Lusófona de Educação*, 11, p. 13-30
- Giroux, H.A. (2003). *Juventud, multinacionales y política cultural*. Madrid: Morata
- Guttman, A. (2001). *La educación democrática: una teoría política de la educación*. Barcelona: Paidós
- Jares, J. (2005). *Educar para la verdad y la esperanza. En tiempos de globalización, guerra preventiva y terrorismos*. Madrid: Popular
- Klein, N. (2002). *Vallas y ventanas. Despachos desde las trincheras del debate sobre la globalización*. Barcelona: Paidós
- Kymlicka, W. (2002). *Ciudadanía multicultural*. Barcelona: Paidós
- MacIntyre, A. (2001). *Tras la virtud*. Barcelona: Crítica
- Peña, J. (2000). *La ciudadanía hoy: Problemas y propuestas*. Valladolid: Univ. de Valladolid
- Pettit, Ph. (1999). *Republicanism: una teoría sobre la libertad y el gobierno*. Barcelona: Paidós
- Rausell, C. & Rausell P. (2002). *Democracia, información y mercado*. Madrid: Tecnos
- Rawls, J. (1996). *Liberalismo político*. México: FCE
- Rubio, J.; Rosales, J.M. & Toscano, M. (2003). *Educar para la Ciudadanía*. Málaga: Univ. de Málaga

- Santos, B. de S. (2006). *A Gramática do tempo. Por uma nova cultura política*. Porto: Afrontamento
- Starkie, E.G. (2006). El papel de la política educativa europea en la formación de los ciudadanos europeos. *Revista de Ciencias de la Educación*, 28 (2), p. 105-118.
- Taylor, Ch. (2003). *El multiculturalismo y 'la política del reconocimiento'*. Madrid: FCE
- Teodoro, A. (2003). *Globalização e Educação. Políticas educacionais e novos modos de governação*. Porto: Edições Afrontamento
- Teodoro, A. (2010). *Educação, Globalização e Neoliberalismo. Os novos modos de regulação transnacional das políticas de educação*. Lisboa: Edições Universitárias Lusófonas
- Toffler, A. & Toffler, H. (2000). *La creación de una nueva civilización. La política de la tercera ola*. Barcelona: Plaza y Janés
- Touriñán, J.M. (2003). 'Sociedad civil y educación de la conciencia moral'. *Teoría de la Educación – Revista Interuniversitaria* (Salamanca), Vol. 15, p. 123-234